



OBSERVATÓRIO BR-319

<<< INFORMATIVO Nº38 | DEZEMBRO 2022 >>>



www.observatoriobr319.org.br



1. Barra de Navegação

Botão do Sumário
do Documento.

Como navegar?

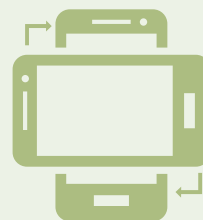
Bem-vindos e bem-vindas ao PDF interativo do Informativo do Observatório BR-319. Para uma melhor interação, recomendamos que você baixe o arquivo em PDF e use o leitor Acrobat ou visualize através dos navegadores (browser) Firefox, Google Chrome ou Internet Explore. Siga nossas instruções e boa leitura!

2. Links/Hyperlinks

www.observatoriobr319.com.br

Textos sublinhados são
hyperlinks que te levarão
para um link externo.

4. Visualização em Smartphones



Para uma leitura mais confortável, o recomendado é **ativar a função de rotacionar a tela** do seu aparelho para o modo paisagem.

3. Ícones Interativos



Botão que indica links externos.



Botão que indica mais conteúdo.



Botão para vídeos externos.



Botão para áudios externos.



Botão que indica informações
e agendamentos.



Botão que indica visualização
de galerias de fotos no documento



Botão que amplia as fotos
ou documentos

Indica a numeração e a
navegação pelas páginas

≡ Nesta Edição

4 Editorial

5 Destaque do Mês

- Manejo do pirarucu fortalece proteção territorial nas terras indígenas Paumari, em Tapauá (AM)

10 Interior em Foco

- Associação sediada na BR-319 conquista 1º lugar na Chamada Elos da Amazônia

12 Monitoramentos

- Focos de Calor
- Desmatamento

17 Diálogos da BR-319

- Última reunião de governança do trecho do meio em 2022

19 Ciência

- Fome de sal na Amazônia

21 Minuto BR



Editorial

Desde 2017, o Observatório BR-319 se propõe a desenvolver, reunir e disseminar informações e pesquisas feitas na área de influência da BR-319 para qualificar o debate, reconhecendo a importância do protagonismo das comunidades tradicionais, povos indígenas, produtores familiares e instituições na construção e fortalecimento da governança na região.

Encerrando 2022 com um pé em 2023, o Informativo Observatório BR-319 chega aos leitores e leitoras um pouco depois que o esperado, mas com a mesma qualidade de sempre.

A ideia de adiar o envio para esta data é para que vocês não percam a oportunidade de consumir o conteúdo da maneira mais proveitosa possível.

Começamos este editorial agradecendo de todo o coração a atenção de vocês, que leem, comentam, enviam sugestões, compartilham e fazem o nosso alcance aumentar cada vez mais. Graças a isso, o trabalho do Observatório BR-319 só cresce e chega a cada vez mais pessoas. Muito obrigada!

Esta última edição do ano traz no Destaque do Mês um assunto muito especial: o manejo do pirarucu em territórios Pau-mari. A matéria foi produzida com a Operação Amazônia Nativa (Opan), organização membro da rede que se juntou a nós há cerca de um ano. Muito nos alegra o êxito do projeto de manejo da espécie de peixe mais importante da Amazônia na atualidade, pois mostra que atividades econômicas sustentáveis podem gerar renda e ao mesmo tempo fortalecer o modo de vida dos povos da floresta.

O Interior em Foco fala sobre outro projeto, o Urihiá Bioamazônia, criado pela Associação Pró Amazônia Urihiá e voltado para sustentabilidade aplicada à restauração florestal em pequenas propriedades ao longo das margens da rodovia. A iniciativa foi a



grande vencedora da 3ª edição da Chamada Elos da Amazônia. É alentador saber que ainda existem pessoas que conseguem mudar realidades, aparentemente afetadas por problemas de difíceis soluções, com atitudes movidas por sonhos.

Esta edição traz o resumo da última reunião de governança do trecho do meio da BR-319 do ano, os monitoramentos de focos de calor e desmatamento, além das últimas informações sobre acontecimentos importantes na rodovia, como é o caso da situação de algumas pontes. Desde setembro, uma série de acontecimentos estão afetando a rotina de quem usa a BR-319 para se deslocar, desde acidentes até ações criminosas. Deixamos aqui o nosso alerta sobre medidas urgentes que precisam ser tomadas para evitar novas tragédias.

Por fim, desejamos a todos um 2023 de muita paz e prosperidade em todos os sentidos, que os recomeços que este ano nos traz sejam os melhores possíveis, que eles representem uma nova fase, de união, amor e solidariedade. Feliz Ano Novo!

Boa Leitura!

Fernanda Meirelles e Izabel Santos

Secretaria Executiva do Observatório BR-319



NESTA EDIÇÃO

Destaque do Mês



Foto: Adriano Gambarini / OPAN



Manejo do pirarucu fortalece proteção territorial nas terras indígenas Paumari, em Tapauá (AM)

Há 14 anos, os Paumari das Terras Indígenas (TI) Lago Manissuã, Lago Paricá e Cuniuá, na área de influência da BR-319, passavam por um momento desafiador, com escassez de alimentos e invasões do seu território.

Tudo mudou quando eles decidiram que era hora de sistematizar atividades de fortalecimento econômico e territorial e buscaram elaborar um plano de manejo sustentável de pirarucu. No início, eles tinham apenas 266 peixes nos lagos, entre adultos e juvenis. Atualmente, têm mais 11 mil e a realidade é bem diferente, com fartura e organização social consolidada. A última pesca deste ano, rendeu 650 peixes totalizando 33 toneladas de carne de pirarucu. Hoje, a atividade é a mais importante fonte de renda dos Paumari, em Tapauá (AM).



O manejo de pirarucu é a principal fonte de renda dos Paumari.

Francisco Braz da Silva de Oliveira, o Chico Paumari, estava lá no começo dessa história. “Primeiro tentamos a apicultura, mas vimos que não era uma atividade boa pra gente. Então fomos atrás de parcerias para o manejo de pesca. Só que achávamos que o retorno viria logo, mas não foi assim. Levamos cinco anos para conseguir a primeira pesca”, recordou. A escassez era tanta, que



Fotos: Adriano Gambarini / OPAN

muitos Paumari deixaram os territórios em busca de melhores condições de vida em outros locais. “Muitos saíram porque não tínhamos mais recursos o suficiente para garantir o bem-estar de todos”, disse Chico. “Nem todo mundo acreditava que a gente ia conseguir, mas mostramos que somos um povo capaz de resistir”, destacou. Hoje, Chico é um dos coordenadores da pesca.

Os Paumari, assim como outros povos da região do rio Purus, foram impactados pelo Ciclo da Borracha, que destruiu a organização social e o modo de vida dos indígenas. Os que sobreviveram, foram inseridos no trabalho em seringais e outras atividades paralelas. Por muito tempo, os Paumari praticaram atividades econômicas baseadas no escambo, em que trocavam, por exemplo, açaí e pescado, e, também, arrendavam suas terras para exploração, em troca de favores, equipamentos e outros alimen-



Foto: Adriano Gambarini / OPAN



tos, mas não dinheiro. O manejo do pirarucu é a primeira atividade remunerada com dinheiro que eles desenvolvem.

Para mudar essa realidade, Chico contou que um dos maiores desafios foi unir sete aldeias das três terras indígenas em torno do propósito de elaborar o plano de manejo de pesca. “O entrosamento foi um pouco difícil, pois cada qual queria seguir um caminho diferente, mas quando entendemos que o caminho deveria ser coletivo, os planos começaram a dar certo”, disse Chico Paumari.

Ana Paula Lima Reis, a Ana Paula Paumari, secretária da Associação Indígena do Povo das Águas (AIPA), também acrescentou que a pesca do pirarucu ajudou os indígenas a se apropria-

rem do território. “O manejo foi uma estratégia muito importante para a nossa melhoria de vida. Na época em que começamos, estávamos passando por um momento muito difícil de acesso a peixe e até à caça, também não tínhamos ideia de como melhorar. Hoje, temos fartura, não só de pirarucu, mas de outros peixes, e um ambiente mais sadio, pois, antes, não sabíamos o quão importante era manter a floresta em pé. Agora, sabemos e mostramos a importância disso aos nossos filhos e nossos netos, o que dá segurança a gerações futuras”, explicou.

Os mais de 83 mil hectares das três TIs contam com sete bases de vigilância em pontos estratégicos, onde os indígenas se revezam em escalas durante seis meses ao ano. “Mesmo morando

dentro da terra, não sabíamos o valor que nossas terras tinham. Agora sabemos a importância que elas têm. Por isso, defendemos com mais propriedade as árvores, os animais silvestres, tudo. Temos o maior cuidado com o nosso ambiente para não haver fogo, desmatamento, nenhum tipo de retirada de recursos”, disse Chico Paumari.

Chico e Ana Paula estiveram em Manaus (AM) no mês de dezembro para participar de um encontro do **Coletivo Pirarucu**, uma rede de manejadores e manejadoras de pirarucu das bacias dos rios Negro, Solimões, Juruá e Purus, no Amazonas, que trocam experiências e desenvolvem propostas e estratégias conjuntas para a valorização e o fortalecimento do manejo participativo do pirarucu, e para a comercialização do pescado a preços justos. Em 2019, o grupo criou a marca coletiva **Gosto da Amazônia**, com o objetivo de expandir a venda do pirarucu de manejo fora da Amazônia, com a abertura e consolidação de mercados no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Brasília.

A presença no evento também é uma vitória dos Paumari. “Éramos um povo escondido”, disse Chico. “Hoje, a gente viaja para diversos locais para debater o manejo do pirarucu e mostrar o que fazemos nas nossas terras”, acrescentou orgulhoso.

O pescado Paumari é comercializado a R\$ 8 o quilo, onde descontados os custos de insumos e serviços as famílias recebem 6 reais pelo quilo, em parceria com a Associação dos Produtores Rurais de Carauari (**Asproc**), uma das maiores organizações de base comunitária da Amazônia brasileira.

MANEJO DÁ VISIBILIDADE A MULHERES PAUMARI

Mãe, mulher, manejadora e atual secretária da Associação Indígena do Povo das Águas (AIPA) Ana Paula Paumari tem entre as suas prioridades de atuação o protagonismo feminino nas atividades de pesca. “Antes, a gente, enquanto mulher, não tinha muito envolvimento com a atividade de manejo. Também, não sabíamos da importância de participar. Há três anos, começamos a ir a reuniões, pedir espaço para dar opinião, falar, e hoje nós já vemos a nossa presença de maneira diferente e com mais maturidade. Se tem algum evento, vem um homem e mais uma mulher para representar a associação”, explicou Ana Paula. “As mulheres, hoje, estão tão envolvidas no manejo quanto os homens. Antes, os homens falavam e a gente só escutava, agora isso mudou. Éramos mais tímidas, mas agora temos uma coragem e uma força maior. Nos sentimos mais valorizadas”, destacou.



Ana Paula Paumari,
secretária da Associação
Indígena do Povo das
Águas (AIPA).

As mulheres Paumari também participam do manejo em diversas atividades, que estão divididas entre vigilância, contagem, reuniões, pesca e cozinha. “A pesca é um evento grande, que mobiliza muita gente e uma estrutura muito grande, que vai desde quem conta o número de peixes até quem cozinha pra alimentar quem está trabalhando”, acrescentou Ana Paula.

PIRARUCU: SÍMBOLO DA CAPACIDADE DE RENOVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DO AMBIENTE

O pirarucu é um dos peixes mais famosos da Amazônia, seja pela sua versatilidade gastronômica ou pela imponência física, sendo uma das maiores espécies de água doce do mundo. Ele está em risco de extinção, devido à pesca descontrolada e, desde 2004, sua pesca está proibida fora de área de manejo e segue normas determinadas pelo Instituto Brasi-



Foto: Adriano Gambirini / OPAN

leiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Mas a pesca ilegal ainda é muito comum, mesmo caracterizando crime ambiental previsto por lei.

Por isso, uma parte importante do plano de manejo elaborado pelos Paumari é o monitoramento territorial. “A vigilância territorial dos Paumari parte do pressuposto de reordenar e criar um certo controle sobre o território. É importante entender que, em regiões como o sul do Amazonas, quanto mais recursos naturais esses territórios têm, mais cobiçados eles são”, explicou o indigenista e coordenador do Programa Amazonas da Operação Amazônia Nativa (OPAN), Diogo Henrique Giroto. A OPAN é uma das organizações membro do Observatório BR-319 e atua em parceria com os indígenas Paumari, Jamamadi, Banawa e Apurinã no Amazonas.

“A Amazônia como um todo tem problemas que precisam ser resolvidos, mas o sul do Amazonas é uma região muito pressionada e bastante sensível. A Tls Lago Manissuã, Lago Paricá e Cuniuá estão entre as menores da Amazônia e, juntas, formam um bloco e ainda têm um entorno relativamente preservado, mas sem ordenamento territorial. É importante que em futuro bem próximo, esses territórios sejam incluídos em mosaicos de Áreas Protegidas para garantir a continuidade e a reprodução do modo de vida dos Paumari”, avaliou Giroto.

O indigenista colaborou com a implantação do plano de manejo nos territórios Paumari. Ele explicou que todo o processo de pesca do pirarucu depende da recuperação na-



tural do estoque do peixe. “O processo da pesca é um cálculo ambiental de capacidade de produção”, disse. “O pirarucu sempre foi um peixe importante para a economia do estado Amazonas. Hoje, com o advento dos manejos, que traz proteção à espécie, é muito emblemático que um peixe em risco de extinção possa ser pescado, comercializado e atender a mercados através do processo de recuperação de estoques”, acrescentou Diogo.

“É nítida a resposta da natureza quando as comunidades estão organizadas. O pirarucu é um símbolo da capacidade de renovação e recuperação e mostra que, através do manejo, há uma mudança de paradigma que traz eficiência e resposta. O maior ganho é o resultado que vem pra dentro das terras indígenas, com fartura, com a manutenção do modo de vida dos povos, que podem se desenvolver de maneira digna e equilibrada com o entorno das terras indígenas”, avaliou Diogo.

LEIA MAIS:



- » Como os indígenas preservam o pirarucu
- » Manejo sustentável do Pirarucu garante renda para centenas de famílias do AM
- » Gigante e sustentável, o pirarucu virou moda nos EUA

QUEM SÃO OS PAUMARI

Os Paumari se autodenominam Pamoari, nome da língua que falam pertencente à família linguística Arawá, e são um dos poucos povos indígenas do médio rio Purus que conseguiram sobreviver, sem confrontos armados, à exploração da borracha na região. Em contato com os não indígenas há, pelo menos, 200 anos, pois são mencionados em fontes históricas desde 1845, ficaram conhecidos como “nômades do Purus”, devido à grande capacidade de mobilidade e a suas habitações tradicionais, construídas em cima de balsas, chamadas “flutuantes”, por isso também são chamados de “povo das águas”. Até onde se sabe, eles habitam desde sempre, exclusivamente, a bacia do médio rio Purus e seus afluentes, os rios Ituxi, Sepatini e Tapauá, no Amazonas. O local onde fica o município de Lábrea (AM) era território Paumari. Em 2010, a população indígena Paumari era estimada em 1.559 pessoas, incluindo as moram em contexto urbano, no entorno das terras e em territórios Apurinã.

Fonte: [Instituto Socioambiental](#).

CURIOSIDADES SOBRE O PIRARUCU

- » O nome pirarucu vem de dois termos indígenas: pira, “peixe”, e urucum, “vermelho”, devido à cor de sua cauda;
- » Por muito tempo, acreditou-se que a *Arapaima gigas*, nome científico do pirarucu, fosse a única espécie existente na Amazônia, mas, hoje, a ciência já identificou outras quatro;
- » Quando adulto, pode medir de dois a três metros e pesar de 100 a 200 kg;
- » Possui dois aparelhos respiratórios: as brânquias, para a respiração aquática, e a bexiga natatória modificada, que funciona como pulmão para respiração aérea, parecida com a humana;
- » Os pirarucus podem ficar embaixo d’água apenas entre 10 e 20 minutos;
- » Quando respiram fora da água, emitem um ruído alto semelhante a uma tosse e pode ser ouvido de longe;
- » Vive em lagos e rios afluentes de águas claras, não é encontrado em lugares com fortes correntezas ou em águas com sedimentos;
- » É um animal onívoro, pois se alimenta de seres animais e vegetais.

Fonte: [WWF Brasil](#) e [National Geographic Brasil](#).



Interior em Foco

Viveiro de mudas de espécies nativas usadas no reflorestamento de áreas às margens da BR-319.



Associação sediada na BR-319 conquista 1º lugar na Chamada Elos da Amazônia

Entidade fortalece a sustentabilidade de pequenas propriedades às margens da rodovia com o plantio de espécies nativas.

A **Associação Pró Amazônia Urihiá** foi a grande vencedora da 3ª edição da Chamada Elos da Amazônia, edição Restauração Florestal, com o projeto Urihiá Bioamazônia. A iniciativa premiada coleta de sementes de espécies nativas, produz mudas em viveiros e faz o plantio em áreas degradadas às margens da BR-319, no trecho que vai do km 114, em Careiro (AM), até o km 250, na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Igapó-Açu, que é cortada pela rodovia. A Chamada tem como missão reconhecer tecnologias inovadoras e disruptivas que solucionem gargalos nas cadeias produtivas da região.

Miriam Volkmer, representante da Associação Pró Amazônia Urihiá, afirma que a notícia do 1º lugar foi uma grande emoção. “Somos uma associação bem nova, temos dois anos de fundação. Trabalhamos muito nesse período reflorestando áreas degradadas nas margens da BR-319. A conquista do primeiro lugar na Chamada Elos da Amazônia nos emocionou muito, choramos de alegria por ver nosso trabalho ser reconhecido”, disse.



Equipe da associação Urihiá Amazônia, vencedora do edital.

Fotos: Miriam Volkmer / Urihiá

A chamada recebeu 67 inscrições de 13 estados diferentes. A escolha das melhores iniciativas foi feita por um grupo de especialistas na temática florestal. Os cinco primeiros colocados receberão premiação em dinheiro – R\$ 20 mil, R\$ 10 mil, R\$ 5 mil, R\$ 3 mil e R\$ 2 mil, respectivamente – e apoio técnico na formalização de projetos para receber aporte via leis de Pesquisa e Desenvolvimento, inserção na ampla rede de negócios do Programa Prioritário de Bioeconomia (PPBio).



Iniciativas como a Chamada Elos, segundo Miriam, ajudam os pequenos projetos a manter a esperança. “Muitas vezes, quando estamos na nossa base operacional no km 150 da BR-319, debaixo de um calor intenso, enfrentando incontáveis dificuldades para tocar em frente esse projeto, sentimos o cansaço físico e a solidão, mas em nenhum momento esmorecemos. O primeiro lugar no certame nos traz a certeza de que estamos no caminho certo e que não caminhamos sozinhos”, complementou a representante.

A Chamada Elos da Amazônia – Edição Restauração Florestal foi realizada pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Conservação da Amazônia (Idesam), Programa Prioritário de Bioeconomia (PPBio) e Impact Hub Manaus, com financiamento do Partnerships for Forests, patrocínio do Fundo Vale e apoio da rede Uma Conserção pela Amazônia e Aliança Pela Restauração da Amazônia.

Texto e informações gentilmente cedidas pelo PPBio e Idesam. Leia a matéria completa [aqui](#).



Monitoramentos: Focos de Calor e Desmatamento



Monitoramento de Focos de Calor

Em novembro de 2022, a Amazônia Legal, o Amazonas, Rondônia e os municípios da BR-319 apresentaram aumento no número de focos de calor em relação a novembro de 2021. Os aumentos foram de 83%, 288%, 1.314% e 506%, respectivamente. Para o Amazonas, Rondônia e os municípios da BR-319, os valores foram recorde para o mês de novembro, desde 2010.

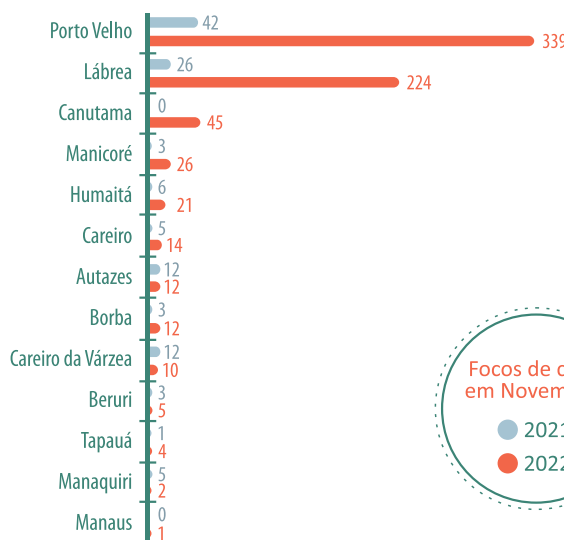
MUNICÍPIOS DA BR-319

Dez dos 13 municípios monitorados pelo Observatório BR-319 (OBR-319) apresentaram aumento no número de focos de calor em relação a novembro de 2021. Para quatro deles, Canutama, Humaitá, Lábrea e Porto Velho, os valores foram os maiores para o mês de novembro desde 2010. Lábrea e Porto Velho, além de liderarem o *ranking* dos 13 municípios, também apareceram entre os 10 municípios com maior número de focos de calor de toda a Amazônia Legal, em 1º e 4º lugar, nessa ordem.

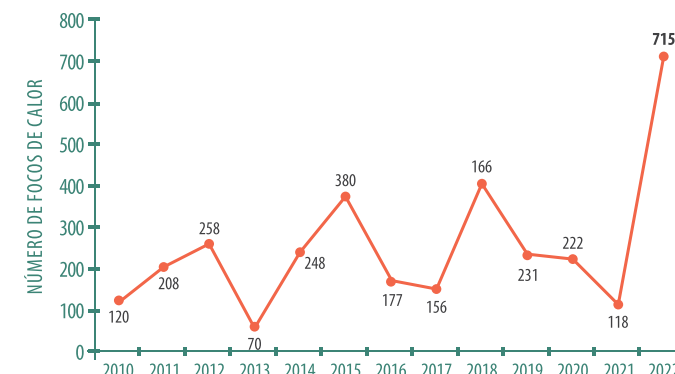
Careiro da Várzea e Manaquiri apresentaram redução no número de focos e Autazes manteve o número de novembro de 2021.



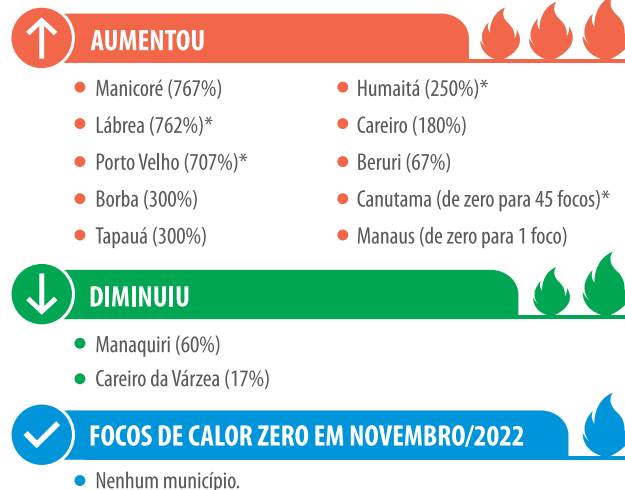
NÚMERO DE FOCOS DE CALOR NOS 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319



FOCOS DE CALOR NOS MUNICÍPIOS DA BR-319 NOS MESES DE NOVEMBRO (2010 A 2022)



COMPORTAMENTO DOS FOCOS DE CALOR NOS 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319 EM COMPARAÇÃO A NOVEMBRO DE 2021



* Municípios que bateram o recorde de focos de calor da série histórica (2010-2022) para o mês de novembro.
 ** Autazes manteve o mesmo número de focos de calor detectado em novembro de 2021.



ÁREAS PROTEGIDAS

Oito das 42 Unidades de Conservação (UCs) monitoradas apresentaram focos de calor em novembro. O *ranking* foi liderado pela Reserva Extrativista (Resex) Jaci-Paraná, com 89 focos, e pelo Parque Nacional (Parna) Mapinguari, com 14 focos, que foram a 2ª e a 5ª UC com mais focos de calor entre todas da Amazônia legal.

Já em relação as Terras Indígenas (TIs), nove, das 69 monitoradas apresentaram focos de calor. A TI Karipuna liderou o *ranking* com cinco focos, seguida pela Coatá-Laranjal, com três.

Para saber mais detalhes sobre os focos de calor nas Áreas Protegidas monitoradas pelo OBR-319, [clique aqui](#).

13%

DAS 69 TERRAS
INDÍGENAS (TIs)
APRESENTARAM
FOCOS DE CALOR

19%

DAS 42 UNIDADES DE
CONSERVAÇÃO (UCs)
APRESENTARAM
FOCOS DE CALOR



LISTA DE TIs
MONITORADAS

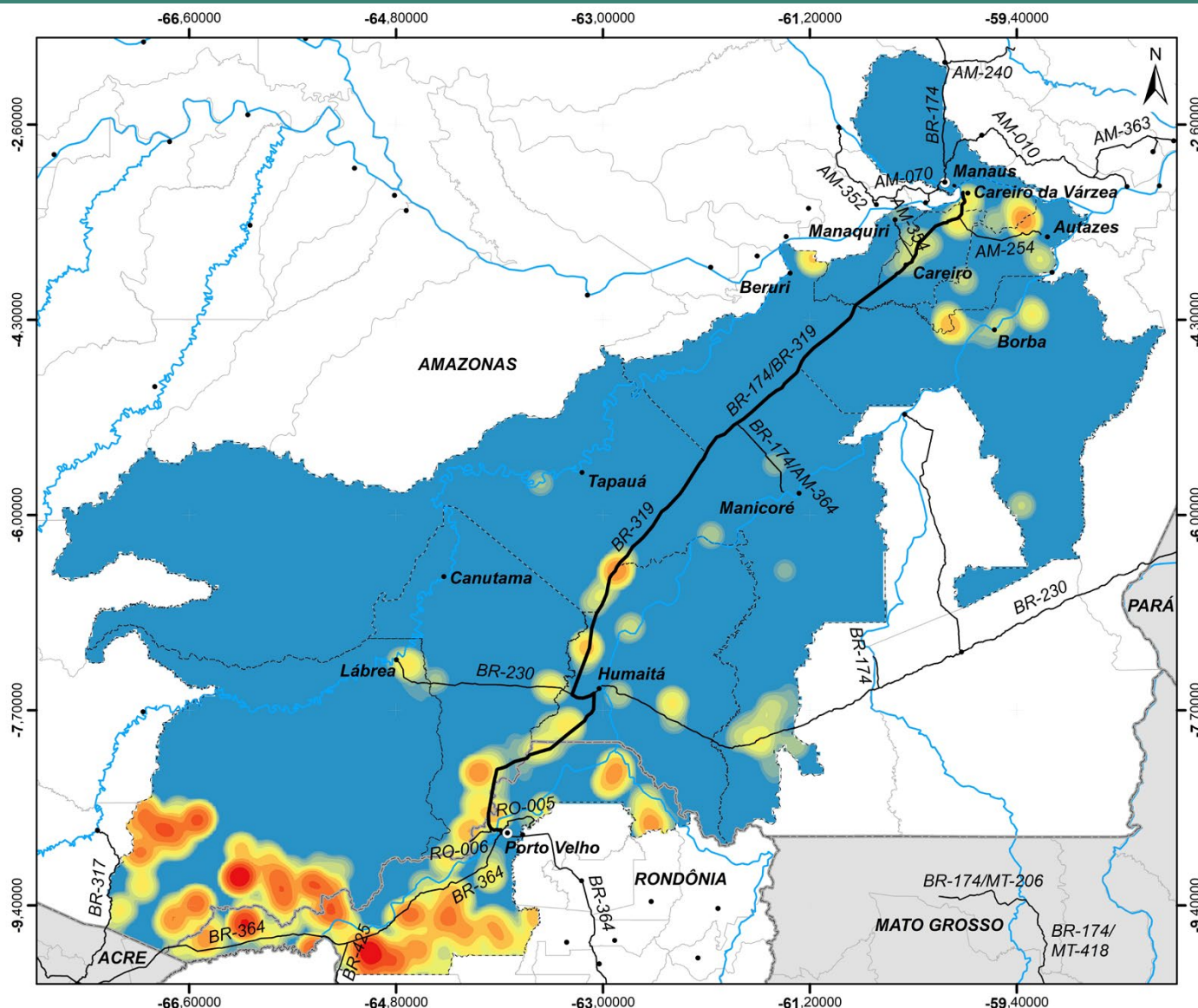


LISTA DE UCs
MONITORADAS



Os dados de focos de calor foram adquiridos do Programa Queimadas, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE (<http://www.inpe.br/queimadas/bdqueimadas>). No mapa, há uma representação de densidade de pontos para o período analisado, a partir da estimativa de densidade por Kernel.

Mapa de Densidades de Foco de Calor nos 13 municípios da área de influência da BR-319 - Novembro 2022





Monitoramento de Desmatamento

Em novembro, a Amazônia Legal, o Amazonas, Rondônia e os municípios da BR-319 bateram recorde de desmatamento para o mês de novembro considerando a série histórica do Observatório BR-319 (2010-2022). Os aumentos em relação a novembro de 2021 foram de 23%, 83%, 33% e 11%, respectivamente.

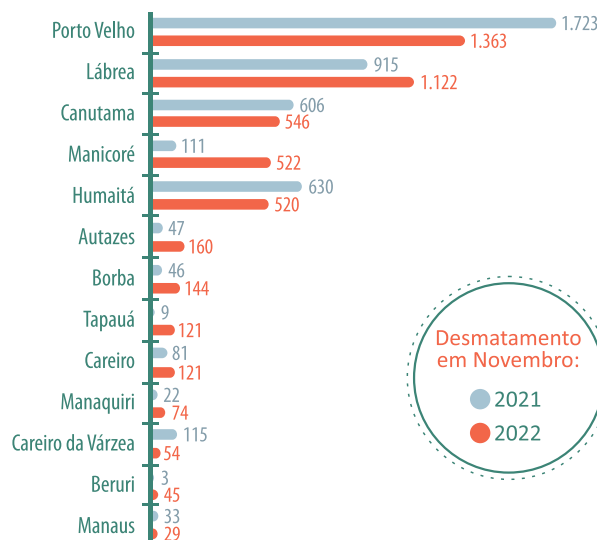
RECORDES DE DESMATAMENTO NOS MUNICÍPIOS DA BR-319

Oito dos 13 municípios monitorados apresentaram aumento no desmatamento em comparação a novembro de 2021. Em cinco deles, os valores foram o recorde da série histórica para o mês de novembro, com destaque para Beruri e Tapauá, que apresentaram aumentos de 1.480% e 1.319%, nessa ordem. Porto Velho e Lábrea, além de liderarem o desmatamento entre os 13 municípios, apareceram em 6º e 8º lugar na lista dos 10 municípios mais desmatados da Amazônia Legal ([veja mais detalhes no monitoramento do Imazon](#)).

Cinco municípios tiveram queda no desmatamento. A maior delas foi no município de Careiro da Várzea, que apresentou uma redução de 53% em relação a novembro de 2021.



DESMATAMENTO EM HECTARES NOS 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319



Desmatamento em Novembro:

● 2021
● 2022

COMPORTAMENTO DO DESMATAMENTO NOS 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319 EM COMPARAÇÃO A NOVEMBRO DE 2021



AUMENTOU

- Beruri (1.480%)*
- Tapauá (1.319%)*
- Manicoré (368%)
- Manaquiri (243%)*
- Autazes (241%)
- Borba (210%)*
- Careiro (48%)*
- Lábrea (23%)



DIMINUIU

- Careiro da Várzea (53%)
- Porto Velho (21%)
- Humaitá (17%)
- Manaus (12%)
- Canutama (10%)

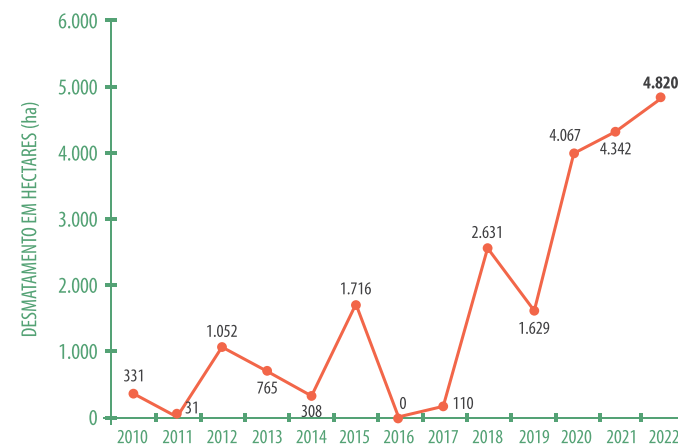


DESMATAMENTO ZERO EM NOVEMBRO/2022

- Nenhum município.

*Municípios que apresentaram recorde de desmatamento em novembro, considerando a série histórica (2010-2022).

DESMATAMENTO NOS MUNICÍPIOS DA BR-319 NOS MESES DE NOVEMBRO (2010 A 2022)





ÁREAS PROTEGIDAS

Oito das 42 Unidades de Conservação (UCs) monitoradas apresentaram desmatamento em novembro. A lista foi liderada pela Reserva Extrativista (Resex) Jaci-Paraná, que teve 60 hectares (ha) desmatados, seguida pelo Parque Nacional (Parna) Mapinguari, com 40 ha, e pela Floresta Estadual (FES) Tapauá, com 22 ha.

Já em relação as Terras Indígenas (TIs), sete das 69 monitoradas apresentaram desmatamento. A TI sepoti foi a mais desmatada do mês, com perda de 24 ha, e, também, apareceu em 9º lugar na lista das TIs mais desmatadas da Amazônia Legal.

Para mais detalhes sobre o desmatamento nas UCs e TIs monitoradas pelo Observatório BR-319, [clique aqui](#).

10%

**DAS 69 TERRAS
INDÍGENAS (TIs)
APRESENTARAM
DESMATAMENTO**

19%

**DAS 42 UNIDADES DE
CONSERVAÇÃO (UCs)
APRESENTARAM
DESMATAMENTO**



**LISTA DE TIs
MONITORADAS**

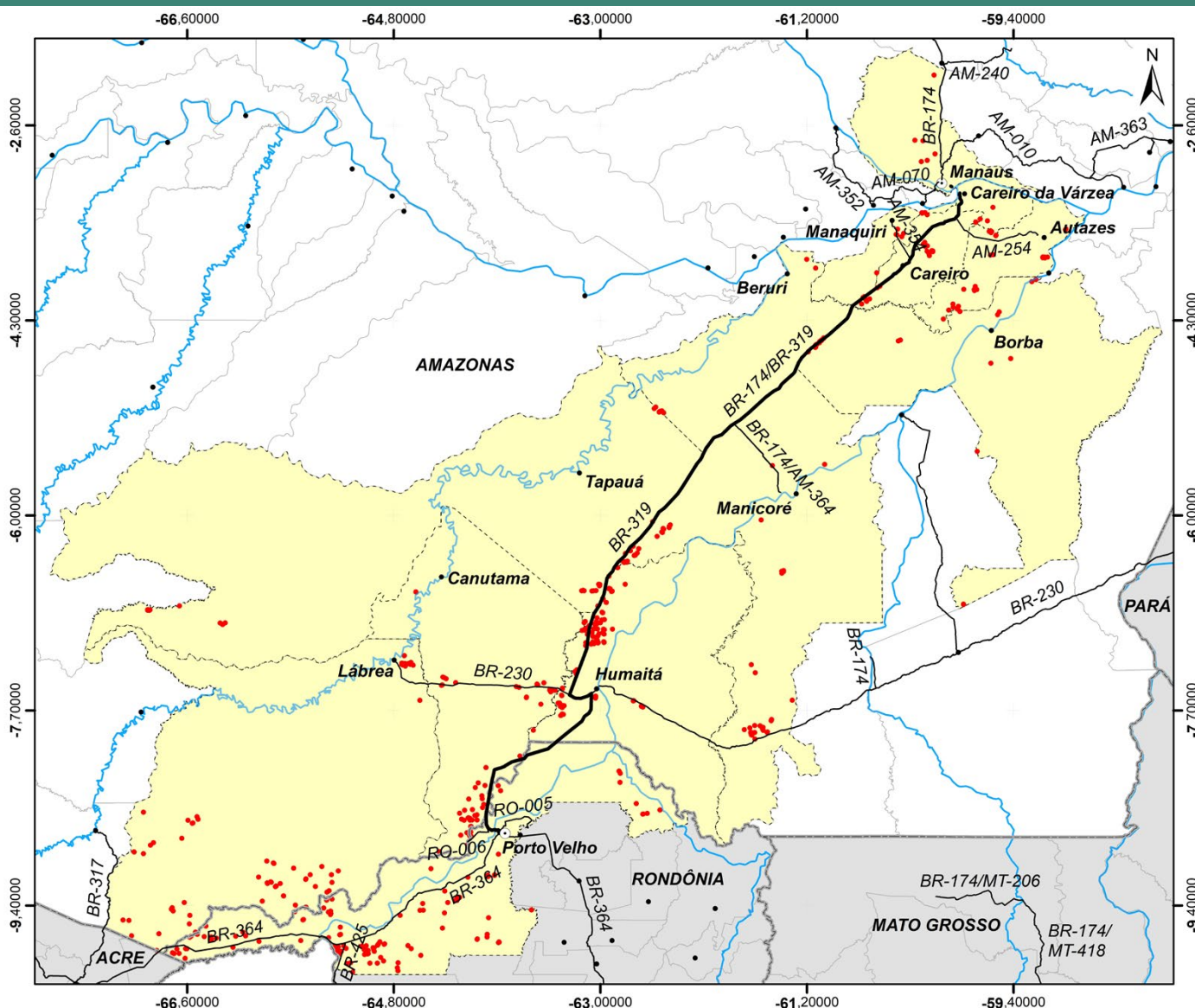


**LISTA DE UCs
MONITORADAS**



As informações de desmatamento foram adquiridas do Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD) do Imazon (<https://imazongeo.org.br/#/>). No mapa, estão representadas em pontos as localizações das áreas em que houve desmatamento.

Mapa de Desmatamento nos 13 municípios da área de influência da BR-319 - Novembro 2022





Diálogos da BR-319

Última reunião de governança do trecho do meio em 2022

A última reunião de governança do trecho do meio da BR-319, em 2022, aconteceu no dia 02 de dezembro e foi conduzida pelo secretário especial substituto Anderson Arruda, da Secretaria de Apoio ao Licenciamento Ambiental e à Desapropriação.

A ocasião contou com atualizações sobre ações do governo federal acompanhadas pela secretaria e uma apresentação sobre regularização fundiária.

A apresentação foi realizada pelo agrônomo Alex Aragão, membro da Câmara Técnica de Destinação e Regularização Fundiária de Terras Públicas Federais Rurais, vinculada à Secretaria Especial de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Ele explicou como a câmara atua e produz informações. “O que é que a câmara técnicas faz? Ela consulta informações sobre glebas públicas federais não destinadas, de forma eficiente, de



Foto: Reprodução

Leandro Lima (acima), Anderson Arruda (de preto), Alex Aragão (de azul) e Larissa Rego, secretária adjunta especial de assuntos fundiários do Mapa, na reunião on-line.

forma ágil, de forma transparente, e consolida, armazena e sistematiza essas informações de forma relativa à consulta das glebas”, explicou, entre outras coisas, Alex Aragão. “Essa consulta realizada pela câmara técnica é um pré-requisito para a regularização e destinação de Terras Públicas”, acrescentou.

Uma das atualizações trazidas na reunião foi sobre a contratação para a construção dos Portais da Amazônia, cujo edital deveria ter sido publicado em novembro, mas foi adiado para dezembro. Além disso, foi informado que houve avanço nas tratativas para regularização fundiária das glebas federais Coati, Curupati, Veloso, Boa Vista e Acará, que totalizam 681.938,30 hectares, sobrepostas à Floresta Estadual (FES) de Tapauá, junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). A Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Amazonas (Sema-AM) e a secretaria federal trabalham com a possibilidade de duas soluções: dar a Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) ou doar as glebas ao estado do Amazonas.

“Nessa reunião com o Incra, se identificou a necessidade de fazer uma análise sobre as manifestações de interesse que já existem sobre essas cinco glebas, é preciso resolver isso antes de (adotar uma solução) seja antes de concessão de direito real de uso, seja de doação. Então o Incra vai fazer essa análise e encaminhar um pedido de parecer jurídico com relação às competências do Incra, para concessão ou doação”, disse o assessor técnico Leandro Lima de Sousa. Também foi informado que o PPI solicitou mais uma vez à Fundação Nacional do Índio (Funai), informações sobre a proteção da Terra Indígena (TI) Jacareúba-Katawixi, que está sem Portaria de Restrição de Uso desde 17 de dezembro de 2021.

Segundo a organização da reunião, o encontro deve ser mantido no governo Lula da mesma maneira: toda primeira sexta-feira do mês, às 9h, horário de Manaus (AM).



Ciência

Fome de sal na Amazônia

Por **Sergio Santorelli Junior***

Fome de sal na Amazônia? É isso mesmo? Sim, mas, antes, é preciso explicar que estamos falando de um elemento químico chamado sódio, um dos principais componentes químicos encontrado no sal e no nosso suor.

O sódio é um dos elementos biológicos essenciais para a maioria dos animais. Ele é necessário para o crescimento, manutenção e sobrevivência. No entanto, não está igualmente disponível na natureza. As regiões próximas ao mar, geralmente, têm as maiores concentrações de sódio, ao contrário do que acontece com alguns locais da Amazônia, que possuem menores quantidades como, por exemplo, as florestas no entorno da BR-319.

A necessidade de sódio nessa região é facilmente percebida. Insetos, especialmente abelhas, estão por toda parte lambendo o sódio liberado na nossa pele pelo suor e entranhado em roupas, mochilas e ferramentas de trabalho. Abelhas, borboletas e



Foto: Sergio Santorelli Jr / Ufam-Humaitá

Abelhas, atraídas pelo vestígio de suor, pousam no cabo de um terçado usado pelos pesquisadores na floresta.

outros insetos que, frequentemente, se alimentam de néctar e pólen que coletam das flores são os visitantes mais frequentes e famintos pelo nosso suor. Quem já caminhou dentro da floresta, às margens da rodovia, já deve ter passado por essa experiência e percebido que não é fácil fugir desses insetos.

Entender mais sobre a concentração de sódio nas florestas pode melhorar o nosso entendimento de como as espécies amazônicas estão distribuídas, além de permitir levantar outras questões, como, por exemplo, a falta de sódio pode afetar a polinização das flores pelas abelhas? A resposta para essa pergunta é um dos objetivos das pesquisas que estão sendo realizadas na área de influência da rodovia.

Atualmente, sabemos que as abelhas são importantes e muito eficientes para polinizar as plantas, que sem a polinização, não é possível gerar frutos, e sem frutos não teremos sementes, e sem sementes, não teremos novas plantas.

Uma melhor compreensão das necessidades básicas desses organismos, e de muitos outros, é crucial para prever a distribuição das espécies e para entender como elas interagem com ambiente, especialmente em cenários de mudanças climáticas e problemas provocados pela presença humana, que podem alterar os padrões de concentração de sódio na floresta e, portanto, a fome de sal.

**Pesquisador vinculado à Universidade Federal do Amazonas - Campus Humaitá (Ufam - Humaitá) através do Programa de fixação de Recursos Humanos no Interior do Estado (FAPEAM – PROFIX Edital 009/2021).*



NESTA EDIÇÃO

Minuto BR

Foto: Acervo / Igesam

Foto: Reprodução



Pontes



As pontes que desabaram na BR-319, na altura do km 25, no município de Careiro, devem ser reconstruídas em até um ano. Foi o que afirmou o superintendente regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), Luciano Moreira de Souza Filho, segundo o [portal A Crítica](#). Três empresas já estão contratadas para manutenção e supervisão da rodovia pelo total de R\$ 85 milhões. Ainda conforme o superintendente, há somente um anteprojeto para a reconstrução da ponte sobre o rio Curuçá e ainda não há nada concreto sobre a ponte do rio Autaz Mirim, ambas no KM 25 da BR-319. No entanto, para que os projetos possam ser de fato iniciados, o Dnit aguarda o laudo técnico sobre a causa do desabamento das pontes, que não tem previsão para ser concluído.

Escombros



De acordo com a [Rádio Rio Mar](#), a demolição de pontes e a remoção de escombros na BR-319 custarão R\$ 7,5 milhões. O prazo

contratual para conclusão dos serviços é de um ano. Até lá, motoristas e pedestres continuarão utilizando estruturas improvisadas, como o aterro feito no rio Autaz Mirim e a balsa no rio Curuçá. No entanto, com o fim da vazante e a subida dos rios, o improvisado ficará submerso e o Dnit ainda não sabe o que fará para manter a trafegabilidade no local.

Mais



Pelo menos três pontes na BR-319 foram interditadas entre novembro e dezembro. De acordo com o [Portal do Marcos Santos](#), a ponte Fortaleza, no km 600 da rodovia foi alvo de um incêndio criminoso no dia 12/12, mas, antes, no dia 26/11, criminosos serraram a parte de sustentação da estrutura. Segundo o Portal do Holanda, outras duas pontes foram interditadas em Lábrea (AM): [a primeira](#), no dia 26, no km 297,28, sobre o igarapé Águas Cristalinas; e [a segunda](#), no dia 27, sobre o igarapé Acre.

Foto: Reprodução / João e o Trigo



Indígenas



A Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) [publicaram portaria conjunta provisória](#) estabelecendo medidas de

proteção aos [indígenas em isolamento voluntário](#) na região do Mamoriá Grande, dentro dos limites da Reserva Extrativista (Resex) do Médio Purus, em Lábrea. A medida implementa o controle de acesso e do uso de recursos naturais nas áreas da Resex do Médio Purus onde foram identificados registros da presença atual ou recente de grupos de indígenas isolados.



Novidades



Em iniciativa inédita, o governo Lula nomeou a deputada federal eleita por São Paulo, mas maranhense de nascimento, [Sônia Guajajara](#), como ministra dos Povos Indígenas do Brasil; a advogada e ex-deputada federal de Roraima, [Joenia Wapichana](#) como presidente da Funai; e advogado cearense e vereador do município de Caucaia (CE), [Weibe Tapeba](#), como Secretário Especial da Saúde Indígena (Sesai).

Foto: Reprodução Instagram @EloyTerna



NESTA EDIÇÃO

Expediente

Coordenação // Fernanda Meirelles (Idesam)

Edição, Editoração e Textos // Izabel Santos (Idesam)

Monitoramentos

Focos de Calor e Desmatamento // Paula Carolina Paes Guarido (Idesam) e
Thiago Marinho (Idesam)

Análises e Textos // Paula Carolina Paes Guarido (Idesam)

Levantamento de Dados e Mapas // Thiago Marinho (Idesam)

Revisão // Fernanda Meirelles, Paula Carolina Paes Guarido e Vanessa Brito (Idesam)

Coordenação de Divulgação // Larissa Mahall Marinho (Idesam)

Projeto Gráfico e Diagramação // Sílvio Sarmento (SS Design)

www.observatoriobr319.org.br

REALIZAÇÃO:



OBSERVATÓRIO
BR-319



FAS
Fundação
Amazônia
Sustentável



idesam



TRANSPARENCY
INTERNATIONAL
the global coalition against corruption



GREENPEACE

